



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TERMO DE REFERÊNCIA 12/062/2024

OBJETO, OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

O objeto do presente é a **CONCORRÊNCIA** para **CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTO; IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM PARA OS RESÍDUOS ORIUNDOS DE PODA DA LIMPEZA URBANA E MASSA VERDE DOS ECOPONTOS; COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT.**

A contratação de parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa, para a coleta e transporte de resíduos recicláveis, implantação de central de triagem de resíduos recicláveis, implantação e operação de estação de transbordo, implantação e operação de ecoponto, implantação de compostagem para os resíduos oriundos de poda da limpeza urbana e massa verde dos ecopontos, coleta, transporte e disposição final dos resíduos, são essenciais para promover práticas sustentáveis e preservar o meio ambiente.

Essas medidas visam reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterros, estimular a reciclagem, facilitar o descarte correto dos resíduos, em suma, trará grandes benefícios socioambientais para o município de Pontes e Lacerda/MT.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

1. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS REGISTRADOS

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	CÓD. BETHA	CÓD. TCE
1	Serv.	1	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTO; IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM PARA OS RESÍDUOS ORIUNDOS DE PODA DA LIMPEZA URBANA E MASSA VERDE DOS ECOPONTOS; COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT		00086845

2. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

2.1. O valor estimado do CONTRATO é de **R\$ 30.512.394,00** (trinta milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e noventa e quatro reais), na data-base de dezembro de 2023, equivalente ao valor dos investimentos (CAPEX) projetados para o PRAZO DA CONCESSÃO.

2.2. O valor do CONTRATO é uma estimativa meramente referencial, não podendo ser invocado pelo PROPONENTE para quaisquer fins, tampouco pela CONCESSIONÁRIA para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

3. LOCAL DE ENTREGA

3.1. No município de Pontes e Lacerda/MT.

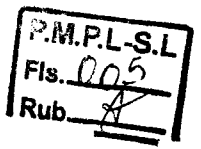
4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Fornecer à empresa contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto deste Edital;

4.2. Providenciar informações transparentes do endereço onde serão entregues os materiais e/ou serviços;

4.3. Fiscalizar e inspecionar os serviços que serão fornecidos, podendo rejeitá-lo quando este não atender ao especificado;

4.4. Expedir, por escrito, as advertências dirigidas a CONTRATADA;



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

4.5. Após a entrega, constatada inconformidade em algum dos serviços e/ou produtos, será solicitada a substituição por um conforme, sem direito a ressarcimento à vencedora/contratada e sem ônus para a Administração;

4.6. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

4.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

4.8. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos nos cadernos em anexo.

5.2. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anomalia que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade.

5.3. Comunicar imediatamente a Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondências.

5.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.

5.5. Efetuar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentadas.

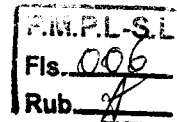
5.6. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) aos seus colaboradores.

6. DO PRAZO DA CONCESSÃO

6.1. O PRAZO DA CONCESSÃO será de 35 (trinta e cinco) anos, contados da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Os recursos necessários para a realização das despesas relativas à CONCESSÃO ocorrerão por conta das dotações orçamentárias a serem consignadas, em época própria, nos orçamentos anuais, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, sendo tais dotações suficientes para



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

cumprir as obrigações pecuniárias assumidas no âmbito do CONTRATO, observando as devidas diretrizes, objetivos, prioridade e metas de execução dos SERVIÇOS.

7.2. As despesas decorrentes da execução deste CONTRATO correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2.167 – Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Melhorias Promovidas (GLB).

7.3. A(s) despesa(s) que seguir(em) no(s) exercício(s) subsequente(s) correrá(ao) à conta de Dotação(ões) Orçamentária(s) que for(em) consignada(s) no orçamento do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

8. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização de eventual contrato firmado com a Contratada ficarão sob responsabilidade do **Sr. Francisney Batista Freire**.

9. CONCLUSÃO

9.1. Em conclusão, a implementação de uma parceria público-privada, na forma de concessão administrativa, para lidar com a coleta, transporte e gestão de resíduos recicláveis em Pontes e Lacerda/MT, é crucial para impulsionar práticas sustentáveis e proteger o meio ambiente. Este projeto abrange a instalação de uma central de triagem, uma estação de transbordo, ecopontos e compostagem para resíduos vegetais, além da coleta e disposição adequada dos resíduos. Estas medidas têm como objetivo principal reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterros, promover a reciclagem e facilitar o descarte correto, resultando em benefícios socioambientais significativos para a comunidade.

Pontes e Lacerda – MT, 17 de julho de 2024.

DIMAS RONAN ALBERTI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Portaria nº 266/2024



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

ATO JUSTIFICADOR

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ÂMBITO MUNICIPAL

CONSIDERANDO que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, a prestação de serviços públicos, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, nos termos do exposto no artigo 175 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 30, inciso V da Constituição Federal dispõe que compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei federal nº 11.445/2007 e alterada pela Lei federal nº 14.026/2020, atribui aos Municípios a titularidade dos serviços de saneamento, no caso de interesse local, dentre os quais se inserem os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que devem ser prestados de modo eficiente, adequado e satisfatório em atendimento ao interesse público e às necessidades dos usuários;

CONSIDERANDO que o Município de Pontes e Lacerda visa cumprir disposições contidas no art. 54 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que assim dispõe, *in verbis*:

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada até 31 de dezembro de 2020, exceto para os Municípios que até essa data tenham elaborado plano intermunicipal de resíduos sólidos ou plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e que disponham de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, nos termos do art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para os quais ficam definidos os seguintes prazos:

(...) IV - até 2 de agosto de 2024, para Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes no Censo 2010.

§ 1º (VETADO).

§ 2º Nos casos em que a disposição de rejeitos em aterros sanitários for economicamente inviável, poderão ser adotadas outras soluções, observadas normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo órgão competente, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais.

CONSIDERANDO que a Lei federal nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, em seu art. 10, estabelece que o Poder Concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência e a oportunidade da contratação,



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;

O Município de Pontes e Lacerda/MT resolve realizar a presente concorrência para concessão dos serviços públicos de coleta e transporte de resíduos recicláveis; implantação de central de triagem de resíduos recicláveis; implantação e operação de estação de transbordo; implantação, operação de ecoponto; implantação de compostagem para os resíduos oriundos de poda da limpeza urbana e massa verde dos ecopontos; coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

Após detida análise dos modelos de gestão e prestação dos serviços de saneamento básico, concluiu-se que a forma mais adequada para atendimento do interesse público envolvido é por meio da realização de licitação pública para delegação da exploração da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, por concessão administrativa, nos termos da Lei federal nº 11.079/2004.

Essa decisão foi considerada a mais acertada frente à natureza desta hipótese de delegação dos serviços, cuja remuneração advém exclusivamente do pagamento de contraprestação pelo Poder Público.

A definição do melhor modelo de contratação a ser proposto considerou que o art. 10 da Lei federal nº 11.445/07, com redação dada pela Lei federal nº 14.026/2020, estabelece que a prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular, como é o caso em tela, depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal.

Ressalta-se a inviabilidade econômica da contratação de investimentos em infraestruturas e gestão dos serviços de manejo de resíduos sólidos na modalidade de concessão comum, regido pela Lei federal nº 8.987/95, diante da inviabilidade de amortização dos investimentos necessários à prestação dos serviços públicos no prazo contratual, sem contar com qualquer remuneração da Administração Pública para a implantação, gestão, operação e manutenção do sistema.

Consubstanciado nas inúmeras premissas e diretrizes técnicas contidas nos estudos realizados para a concessão em tela, estabeleceu-se que o futuro contrato deverá possuir o prazo de 35 (trinta e cinco) anos, sendo este o tempo necessário para amortização dos investimentos a serem realizados pelo parceiro privado e para atingimento das metas.

Importante pontuar que com a alternativa representada pela concessão, nos moldes da Lei federal nº 11.079/2004 e da Lei federal nº 11.445/07, a concessionária ficará subordinada à regulação e fiscalização por entidade reguladora infranacional a ser designada pelo Poder Concedente, que



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

desempenha seu encargo com independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da Política Nacional do Saneamento Básico.

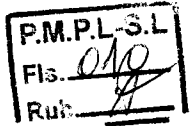
Assim explicado e justificado o objeto da concessão pública, resta enfatizar que todas as metas e objetivos estabelecidos no instrumento de planejamento de políticas públicas devem ser atendidas, e os serviços deverão ser prestados de forma que mantenham satisfeitas as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e cortesia.

Por tudo que fora exposto, acrescido do relevante interesse público tutelado, bem como da importância e relevância dos serviços objeto da concessão em tela, revela-se conveniente ao Município de Pontes e Lacerda, outorgar a particulares, mediante o devido processo licitatório, a concessão para a prestação dos serviços públicos de coleta e transporte de resíduos recicláveis; implantação de central de triagem de resíduos recicláveis; implantação e operação de estação de transbordo; implantação e operação de ecoponto; implantação de compostagem para os resíduos oriundos de poda da limpeza urbana e massa verde dos ecopontos; coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos, nos termos e limites do Edital e Contrato de concessão.


DIMAS RONAN ALBERTI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Portaria nº 266/2024



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

**JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA MODALIDADE CONCORRÊNCIA
PRESENCIAL**

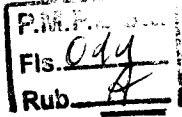
OBJETO: CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTO; IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM PARA OS RESÍDUOS ORIUNDOS DE PODA DA LIMPEZA URBANA E MASSA VERDE DOS ECOPONTOS; COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de manifestação cujo objetivo é demonstrar a **legalidade na adoção do formato presencial** do procedimento licitatório referente à delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos do município de Pontes e Lacerda/MT, nos termos detalhados em epígrafe, regida, fundamentalmente, pela Lei Federal nº 11.079/2004.

Para tanto, demonstrar-se-á, inicialmente, a eventual controvérsia acerca da adoção do formato do procedimento, nos termos como previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, para, a seguir, demonstrar os fundamentos, legal e fático, que autorizam a Administração Pública a determinar o formato presencial, enterrando, por vez, qualquer possibilidade de dúvida acerca da possibilidade de se admitir o formato presencial.

Assim, ao final, restará evidenciada a **legalidade na decisão de o município de Pontes e Lacerda/MT adotar o formato presencial para reger o processo**



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

licitatório referente à concessão administrativa supracitada, restando, o presente documento, ainda, como subsídio para a fundamentação da motivação da Administração Pública.

2. DA APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA LEI FEDERAL 14.133/2021

Não obstante a possibilidade jurídica de se adotar o formato presencial, conforme restará cabalmente demonstrado na seção seguinte, cumpre destacar que a delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos do município de Pontes e Lacerda/MT, tem por fundamento precípua a Lei Federal nº 11.079/2004 e, sendo assim, a Lei Federal nº 14.133/2021 teria apenas aplicação subsidiária, conforme depreende-se do art. 186, senão vejamos:

Art. 186 - Aplicam-se as disposições desta Lei **subsidiariamente** à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, à Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e à Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010. (destacou-se).

Mutatis mutandis, Marçal Justen Filho¹ ratifica esse entendimento, conforme depreende-se de excerto colacionado abaixo acerca da aplicabilidade da Lei Federal nº 8.666/93 aos contratos regidos pelas leis de concessões de serviços públicos², senão vejamos:

A Lei 8.666/93 **aplica-se de modo subsidiário** a esses contratos, naquilo em que couber, tal como consta de seu art. 124. Rigorosamente, no entanto, **as soluções previstas na Lei 8.666/93 são incompatíveis com as características dos contratos de concessão de serviços públicos**. (destacou-se).

Assim sendo, cumpre repisar o entendimento de que a fonte primeva de regulação do presente processo licitatório é a Lei Federal nº 11.079/2004 e, apenas de forma subsidiária, deve-se recorrer à Lei Federal nº 14.133/2021. Isto posto, em análise à modalidade do procedimento licitatório, a Lei nº 11.079/2004

1 JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: Lei 8.666/1993. 18. ed. atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 16.

2 As concessões, no ordenamento pátrio, são regidas pelas Leis Federal nº 8.987/1995 (concessões comuns) e nº 11.079/2004 (parcerias público-privadas, que se subdividem em concessões patrocinadas e concessões administrativas).



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

estabelece que a concessão de serviço público, sob modalidade de parceria público-privada, deverá ocorrer mediante licitação, **na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.**

Segundo a Lei nº 14.133/2021, a concorrência é a modalidade de licitação adequada para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia e, por outro lado, o diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

Assim sendo, diante do objeto que se pretende contratar, vê-se que a **modalidade mais adequada é a concorrência**, cujo procedimento, além de observar critérios e procedimentos previstos na Lei Federal nº 11.079/2004, deve, de forma subsidiária, e somente de forma subsidiária, atender ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal nº 11.079/2004 que encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, **será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado** e, ainda, que **inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital.**

Sendo assim, vê-se que o procedimento relativo à concorrência é dependente da entrega prévia das propostas, apresentadas em **envelopes**, e dos documentos de habilitação, **também apresentados em envelopes** à Administração Pública e, por conseguinte, o procedimento realizado na forma eletrônica afigura-se incompatível, diante da taxatividade da forma de apresentação dos documentos pelos interessados em participar do certame.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

Decerto o legislador originário, ao definir a forma de apresentação das propostas comerciais, **entendeu por bem excluir qualquer outra forma**, inclusive a eletrônica.

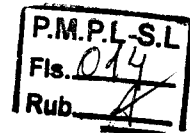
Destaca-se, novamente, que a natureza especial das concessões de serviços públicos demandou a existência de legislação específica, a qual, definiu a forma de apresentação das propostas, dispositivo este que não foi revogado pelas disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. Ademais, vale registrar que, não havendo qualquer omissão que sobressaia à forma de adoção dos procedimentos apresentados em lei específica, não resta dúvida da sua imposição.

Vale registrar, como argumento de reforço, que o procedimento realizado de forma eletrônica também não possui afinidade à modalidade diálogo competitivo, o que, por si só, fortalece o entendimento de que a Lei Federal nº 14.133/2021 tem afinidade apenas para estabelecer o procedimento para as formas comuns de contratualização com a Administração Pública, não compreendendo a concessão de serviço público (inclusive sob modalidade de parcerias público-privadas), regida pela concorrência.

Não por outro motivo, os processos de licitação de delegação de serviço público, cujo procedimento é a concorrência, tem ocorrido no formato presencial, a exemplo dos processos de delegação de rodovias federais, cujo poder concedente é a União, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que ocorrem na B3 S.A³, no formato presencial.

Por todo o exposto, depreende-se que a Administração Pública deve adotar o formato presencial para reger o processo licitatório para delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de manejo de resíduos

3 Conforme se depreende dos seguintes editais: Edital de Concessão nº 04/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/novos-projetos-em-rodovias/BR-040-MG-BH-JF/arquivos-para-download>. Acesso em: 07 jul. 2024. Edital nº 01/2024. Disponível em: https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/novos-projetos-em-rodovias/copy_of_br-381-262-mg-es/arquivos-para-download. Acesso em: 07 jul. 2024.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

sólidos urbanos do município de Pontes e Lacerda/MT, diante da incompatibilidade com o formato eletrônico, conforme restou demonstrado, tendo em vista a previsão adequada do procedimento na Lei Federal nº 11.079/2004, fonte primária, e, ainda, diante da aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não obstante, em pese a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021, o formato presencial deverá ser adotado com a ressalva de que as sessões públicas serão registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, garantindo-se, por conseguinte, a transparência e publicidade dos atos praticados no âmbito do processo licitatório.

3. DOS FORMATOS DE PROCEDIMENTO PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021: AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

Alternativamente, com suporte no princípio da eventualidade e, ainda que demonstrada a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021 e, nesse ponto, o administrador público julgar aplicável a Lei Federal nº 14.133/2021, há se destacar que existe autorização legislativa para se adotar o formato presencial do procedimento relativo à concorrência.

Isso porque a dúvida projetada, e que restará afastada, diz respeito acerca da possibilidade de **adoção do formato presencial** para regência do procedimento referente ao processo licitatório referente à concessão em epígrafe, já que a Lei Federal nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de realização nos formatos eletrônico e presencial, destacando, porém, a preferência para o primeiro modo, senão vejamos:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, **admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada**, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

§ 5º Na hipótese excepcional de licitação sob a forma presencial a que refere o § 2º deste artigo, a sessão pública de apresentação de propostas deverá ser gravada em áudio e vídeo, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento. (destacou-se)

(...)

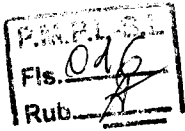
Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (destacou-se).

Ainda que o diploma legal acentue a **preferência** pela forma eletrônica, conforme se depreende do excerto colacionado acima, vê-se que **não há qualquer óbice legal em se admitir a utilização do procedimento realizado de forma presencial**, contanto que o ato administrativo seja devidamente motivado, como não poderia deixar de ser, já que se trata de aspecto relativo à forma do ato administrativo⁴.

Suplantada a admissibilidade legal, conforme posto acima, vale registrar **aspectos fáticos** que ratificam a necessidade de adoção do formato presencial. Assim, oportuno registrar que a execução do objeto da contratação é complexa, incluindo a gestão da coleta comum e seletiva de grande parte do perímetro urbano do município, operação da estação de triagem e do aterro sanitário, além do atendimento de diversas normas ambientais que regem o manejo dos resíduos, o que, naturalmente, poderá demandar da comissão de licitação **esclarecimentos adicionais** dos interessados no certame.

Não se pode olvidar que a operação do sistema de manejo dos resíduos sólidos urbanos do município é de extrema relevância para a população do município, por se tratar de serviço público integrante do saneamento básico, impactando

4 Segundo Marçal Justen Filho, "[a] motivação se relaciona à forma do ato administrativo e consiste na exposição formal do motivo. O motivo é esse processo mental interno ao agente que pratica o ato. A motivação consiste na exteriorização formal do motivo, visando a propiciar o controle quanto à regularidade do ato. Para ser mais preciso, a motivação consiste na exposição por escrito da representação mental do agente relativamente aos fatos e ao direito, indicando os fundamentos que o conduziram a agir em determinado sentido." JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p. 323-324.



Estado de Mato Grosso

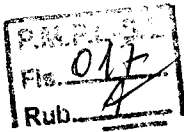
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e o meio ambiente e, sendo assim, a interação direta, ocorrida de forma presencial, pode evitar atrasos e garantir que todas as dúvidas sejam sanadas prontamente, promovendo maior celeridade ao processo.

Além disso, compete à comissão de licitação realizar **diligências** para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, verificar as **condições de admissibilidade da garantia de proposta, de habilitação e exequibilidade das propostas**. Ademais, não se pode olvidar que a comissão de licitação ainda possui competência essencial ao andamento do certame, podendo realizar autenticação de documentos apresentados pelas licitantes, conforme previsto no Edital, subitem 16.1.

Em adição, vale destacar que o **procedimento** previsto no Edital, em especial o disposto no subitem 16.7, determina que (i) garantia de proposta; (ii) proposta técnica; (iii) proposta econômica; e (iv) documentos de habilitação deverão ser apresentados em **envelopes opacos, fechados, rubricados e identificados**, configurando um procedimento formal, isonômico, que garante o sigilo da proposta e proporciona celeridade ao certame. No mesmo sentido, a possibilidade de **credenciamento** de até 2 representantes por proponente, que poderão consignar em ata suas observações, rubricar ou tomar ciência de documentos somente possui consonância com o procedimento realizado no formato presencial.

Logo, por todo o exposto, vê-se que, por razões fáticas e de direito, conforme colacionado acima, no seu juízo de conveniência e oportunidade, **é razoável e admissível que o procedimento relativo à delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos do município de Pontes e Lacerda/MT, adote o formato presencial**, não havendo se falar em qualquer prejuízo à Administração Pública por tal decisão, já que restaram devidamente demonstrados, além de outros, a garantia da isonomia dos interessados, impessoalidade na condução do procedimento, julgamento objetivo e celeridade.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda

4. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, restou devidamente demonstrado, a partir das razões de fato e de direito colacionadas acima, que **a Administração Pública pode adotar o formato presencial para o procedimento relativo à delegação, por meio de concessão administrativa, da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos do município de Pontes e Lacerda/MT, conforme detalhamento em epígrafe, seja pela aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133/2021 e a incompatibilidade do formato eletrônico com o procedimento da concorrência relativo à concessão de serviço público, seja, por outro lado, com fundamento na própria autorização legislativa.**

DIMAS RONAN ALBERTI

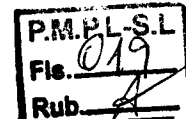
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Portaria nº 266/2024

**ESTADO DE MATO GROSSO**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

Av. Marechal Rondon, 346 - Pontes e Lacerda

CEP: 78250-000 CNPJ: 15.023.989/0001-26 Telefone: (65) 3266-2534

E-mail: Site: <https://www.ponteselacerda.mt.gov.br/home>**Solicitação de Compra Nº 124525/2024**

Solicitante:	DIMAS RONAN ALBERTI	Data da Solicitação:	17/07/2024
Organograma:	1200300285 - M. DO TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS EM ATERRO SANITÁRIO		
Local de Entrega:	Sec.de Obras e Serv. Públicos		
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, NA MODALIDADE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTO; IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM PARA OS RESÍDUOS ORIUNDOS DE PODA DA LIMPEZA URBANA E MASSA VERDE DOS ECOPONTOS; COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT		
Justificativa:			
Servações:	TERMO 12/062/2024		
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	70400592-1	1,00	SRV.	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRANSBORDO; IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE ECOPONTO; IMPLANTAÇÃO DE COMPOSTAGEM PARA OS RESÍDUOS ORIUNDOS DE PODA DA LIMPEZA URBANA E MASSA VERDE DOS ECOPONTOS; COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS DO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT	0,0000	0,00

Preço Total: 0,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
---------	-----------	---------	-----------------

Pontes e Lacerda, 17 de Julho de 2024.

Assinatura do Responsável



Estado de Mato Grosso
Prefeitura do Município de Pontes e Lacerda
Gabinete do Prefeito - GAB

DECRETO Nº 032/2024

“Altera as alíneas *a* e *c*, do art. 2º, do Decreto Municipal nº 014, de 25 de janeiro de 2024, que Dispõe sobre a Comissão de Contratação do Poder Executivo Municipal de Pontes e Lacerda/MT e Designa membros.”

ALCINO PEREIRA BARCELOS, Prefeito do Município de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO a solicitação contida na Comunicação Interna nº 111/2024, expedida pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

DECRETA:

Art. 1º - FICAM alteradas as alíneas *a* e *c*, do art. 2º, do Decreto Municipal nº 014, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a Comissão de Contratação do Poder Executivo Municipal de Pontes e Lacerda/MT e Designa Membros, que passam a vigorar com as seguintes redações:

(...)

a) Regina Santos Souza – Presidente;

(...)

c) Bianca dos Santos Silva – Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pontes e Lacerda/MT, em 11 de maio de 2024.

ALCINO PEREIRA BARCELOS
Prefeito Municipal

Ato divulgado no Diário Oficial do
Município de Pontes e Lacerda/MT, em
termos da Lei Municipal nº 2.302/2021.
Edição do dia 12/03/24.

Pontes e Lacerda - MT, 12/03/24

Dandara C. M. da Silva
Servidora(a)

Dandara Carvalho Moraes da Silva
Chefe do Departamento de
Procuradoria Jurídica Administrativa

Pontes e Lacerda - MT, 12/03/24

